

ARQUEOLOGIA PÚBLICA NO BRASIL E AS NOVAS FRONTEIRAS

PEDRO PAULO ABREU FUNARI

Dep. História – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Estadual de Campinas
ppfunari@uol.com.br

NANCI VIEIRA OLIVEIRA

Laboratório de Antropologia Biológica – Universidade do Estado do Rio de Janeiro
nancivieira@uol.com.br

ELIZABETE TAMANINI

Universidade do Planalto Catarinense
tamanini@uniplac.net

Resumo: O artigo trata da Arqueologia Pública, entendida como a prática da disciplina em interação com a sociedade. Apresentam-se estudos de caso, no contexto brasileiro, a começar pela Arqueologia dos assentamentos de fugitivos (quilombos). Em seguida, apresentam-se algumas considerações sobre o patrimônio pré-histórico, em particular em relação a concheiros (sambaquis). Um terceiro caso de interação entre a Arqueologia e o público refere-se aos restos de desaparecidos. Conclui-se com um apelo pela ação arqueológica inserida na práxis social.

Palavras-chave: Arqueologia Pública; Quilombos; Sambaquis; Desaparecidos; Patrimônio.

1. Introdução

Na América Latina há um aumento no número de arqueólogos engajados em ações comunitárias. Lidamos com movimentos étnicos/políticos relacionados a um quilombo, posseiros e crianças em idade escolar vivendo perto de sambaquis e com pessoas desaparecidas escavadas por arqueólogos. A evidência de sítios de fugitivos tem mostrado que a cerâmica usada no quilombo tinha várias origens, causando variadas reações em diferentes públicos não especializados. Em Joinville, pessoas pobres habitando áreas ao redor de sambaquis são envolvidas em programas museológicos para reunir heranças oficiais e pessoas simples. No Rio de Janeiro, os vestígios de pessoas

desaparecidas foram tratados pelo arqueólogo, com quem parentes daquelas pessoas estiveram em estreito contato. Há, assim, vários públicos leigos diferenciados, cada um com suas próprias características. Todos estes públicos leigos constituem um desafio para o arqueólogo brasileiro e a razão última para nossa ação é trabalhar para e com tais públicos.

Na América Latina, há uma ausência de diálogo e cooperação entre arqueólogos e o público não especialista (cf. Gnecco, 1995), embora haja um crescente corpo de evidência que isto está mudando, com um aumento no número de arqueólogos inclinados a engajar-se em atividades voltadas à ação comunitária (cf. Noelli, 1994; 1995; 1996a; 1996b; 1996c). Por várias décadas, os arqueólogos não têm se interessado

por um amplo público e freqüentemente um jargão técnico tem tornado difícil ao não arqueólogo ser capaz de compreender as publicações arqueológicas. Contudo, vários arqueólogos estão agora considerando a Arqueologia Pública, particularmente dirigindo-se ao público leigo, como uma parte essencial de sua responsabilidade social (Mazel e Stewart, 1987, p. 169). Além disso, a Arqueologia pode desempenhar um papel significativo mostrando a diversidade, evidenciando a pobreza no passado, celebrando a arquitetura comum, fortificações que são comuns em vez das geralmente valorizadas. Desta maneira, a pessoa comum pode se reconhecer no discurso arqueológico, usando assim o passado para criar textos alternativos para o presente (Hall, 1994, p. 182). A Arqueologia Pública é compreendida neste capítulo como todos os aspectos públicos da Arqueologia, incluindo tópicos como políticas arqueológicas, educação, política, religião, etnicidade e Arqueologia, envolvimento público em Arqueologia (Ascherson, 2000). Há uma variedade de públicos leigos e este capítulo tenta dirigir-se a esta diversidade apresentando três diferentes experiências do Brasil. O Brasil é um vasto país, tão grande quanto os Estados Unidos (excetuando o Alaska), e então, selecionamos três diferentes áreas e uma variedade de públicos leigos. Lidamos com um movimento étnico/político e a mídia no caso do povoamento de escravos fugitivos do século XVII, com posseiros e crianças em idade escolar fisicamente próximas a amontoados de conchas pré-históricas e com os parentes de pessoas desaparecidas escavadas pelo arqueólogo em cemitérios clandestinos. Embora cada estudo de caso seja único, há contextos comuns que servem para ajudar os arqueólogos a lidarem com públicos leigos.

2. O público interessado na Arqueologia dos assentados fugitivos

No início do século XVII, um grande Estado de fuga foi estabelecido nas terras costeiras do nordeste brasileiro, resistindo por todo o século XVII. Veio a ficar conhecido como Palmares (Orser, 1996, com recentes referências em inglês). Os habitantes se referiam a um Estado como “Angola Janga” (Pequena Angola). Esta duradoura experiência de liberdade

durou até 1694, quando os caçadores de escravos destruíram o quilombo (Funari 1999a, com referências recentes em inglês). A pesquisa arqueológica de campo conduzida em 1992 e 1993 por uma equipe de americanos e brasileiros identificou um amplo povoamento, a capital de um Estado, onde 14 sítios foram localizados (Funari, 1991; Orser, 1992; 1993). Os ativistas do movimento negro têm usado este assentamento desde os anos 1970, quando eles propuseram o 20 de novembro, o dia que o último líder quilombola, Zumbi, foi assassinado, como o dia da Consciência Negra (Funari, 1996a). O topo da colina onde os colonos escolheram para construir sua capital apresentou muito material de superfície, facilitando ao movimento negro identificá-lo como um poderoso símbolo da luta negra contra a opressão. Embora o sítio, conhecido como Serra da Barriga, tenha sido um poderoso símbolo perante o reconhecimento do valor do vestígio material, a evidência material produziu uma ampla discussão do sítio e sua importância. Contudo, autoridades locais e ativistas negros, desconhecedores do possível dano à evidência arqueológica, patrocinaram festivais no topo da colina (Funari, 1996b). Para facilitar o acesso à colina e acomodar visitantes, eles permitiram a construção de uma pequena estrada bem como um nivelamento do solo, destruindo importante evidência arqueológica (Orser e Funari, 1991). Anterior aos anos 1990, nenhum trabalho de campo arqueológico prévio foi realizado e houve assim uma ausência de interesse por parte do establishment arqueológico (Funari, 1995a; 1997).

A pesquisa arqueológica teve lugar em estreito contato com a comunidade local e o movimento negro (Funari, 1994). Os resultados foram impressionantes, como vários livros e artigos publicados para um público profissional (cf. lista em Funari, 1996c) e as repercussões na imprensa e mídia em geral foram grandes. O trabalho arqueológico foi para a capa de publicações como *Super-Interessante*, uma popular revista para jovens, duas vezes, em 1993 e 1995 (Ladeira e Affini, 1993). “A voz dos escravos fugitivos brota da terra”, como intitula-se o artigo (Arnt e Bonalume, 1995). Os principais jornais, como *Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo*, noticiaram as escavações e até revistas como *Família Cristã* (uma

revista católica mensal), publicou o trabalho arqueológico (e.g. Fagan, 1993; Keys, 1993; Cipolla, 1995; Felinto, 1995; Mayrink, 1995; Piglione, 1995). O resultado de toda esta publicidade foi que pela primeira vez os livros escolares introduziram referências ao quilombo e à evidência arqueológica do Estado. Pela primeira vez, livros escolares referiram-se a sítios arqueológicos históricos e foi também a primeira vez que a resistência escrava foi enfatizada. Scott Allen continuou o trabalho de campo (1996/1997), incluindo estudantes da Universidade local (UFAL), montou várias exposições em União de Palmares, onde o sítio está localizado, e Maceió, a capital do Estado de Alagoas. Allen tem também dado numerosas palestras no sítio para excursões escolares e turistas ocasionais (Allen, comunicação pessoal).

A evidência dos sítios de fugitivos tem mostrado que a cerâmica usada pelas pessoas do quilombo tinha estilo europeu, dos nativos brasileiros e mesclado (Orser, 1994; 1996; Funari, 1995b; 1998; Allen, 1999). A notícia que o quilombo tinha tal variedade de potes cerâmicos causou reações diversas em diferentes públicos leigos. Dentro do movimento Negro houve duas visões opostas. Para alguns ativistas, o quilombo é um símbolo da resistência africana à opressão branca, considerando que a presença de potes nativos e europeus poderia colocar a africanidade do Estado em questão (Allen, 2001). Outros argumentaram que o assentamento de fugitivos era um abrigo seguro não somente para africanos escravizados nas plantações, mas também para índios escravizados pelos mesmos senhores e sem dúvida também para aqueles perseguidos pelas autoridades. Isto inclui os muçulmanos, os judeus, mulheres acusadas de serem bruxas e outras pessoas excluídas. Além disso, os quilombolas poderiam também ter interagido com nativos do oeste e com colonos na costa, para sobreviver, e a evidência de características misturadas e interação cultural foi desse modo interpretada como não mais que muito natural.

Se dentro do movimento negro houve várias controvérsias, a mídia foi agitada pelo trabalho arqueológico e lidou com os dados de uma maneira mista. Muitos artigos enfatizaram que o Estado foi um abrigo seguro e também sugeriram que poderia até servir como um modelo para uma sociedade não

exploradora no passado, capacitando pessoas de diferentes experiências a viverem juntas em paz (e.g. Arnt e Bonalume, 1995). Reciprocamente, outros consideraram a evidência como um indicativo que o quilombo não foi realmente africano e sugeriram que ele reproduziu a exploração da sociedade colonial dentro de seu assentamento (e.g. Moon, 1994). Claramente o trabalho arqueológico tem sido interpretado de forma diferente não tanto devido à evidência, mas devido a diferentes modelos interpretativos sendo usados. Aqueles que preferem ver o quilombo como uma entidade africana homogênea tendem a rejeitar os dados, enquanto aqueles que os aceitam são inclinados a olhar para uma sociedade heterogênea e aberta lutando contra a opressão (uma discussão destas questões está sendo preparada por Scott Allen). Para os arqueólogos foi importante dar voz a diferentes interpretações, especialmente para aqueles ativistas que combatem a discriminação hoje. A experiência tem mostrado que:

1. Trabalhar com ativistas sociais é possível e não significa que tenha que resultar em consenso, porque há múltiplas maneiras de interpretar o passado e situá-lo no presente; e
2. O uso das “notícias” arqueológicas pela mídia é também ditado por seus próprios interesses e os arqueólogos têm pouco controle sobre elas.

Outro público leigo alcançado por este projeto arqueológico é a criança em idade escolar, os leitores de livros escolares. Livros didáticos de História usados por crianças nas escolas primárias e secundárias raramente referem-se a qualquer espécie de evidência arqueológica. Quando isto acontece, eles lidam com sítios pré-históricos e com estrangeiros, principalmente grandes civilizações antigas do passado. A evidência arqueológica de Palmares e a resultante atenção pela mídia levou à introdução de questões relativas ao novo material. Tradicionalmente, o tema tem sido ignorado ou mostrado como evidência de uma rebelião essencialmente negra, que deva ser reprimida. “A destruição de Palmares foi necessária, porque foi um estado Negro”, nas palavras de um influente historiador, Evaldo Cabral de Melo (in Leite, 1996; detalhes em Funari, 1996c). Os dados arqueológicos e a resultante discussão sobre o caráter do assentamento alcançou crianças comuns em idade

escolar e desafiou as visões racistas predominantes sobre o quilombo.

3. O público leigo: a comunidade e os arqueólogos

Uma experiência distinta vinda do sul do país nos fornece um exemplo de abordagem diferente. Em Joinville, uma cidade industrial, há inúmeros sambaquis e um único Museu do Sambaqui. Alguns destes “montes de conchas produzidos pelo homem” são agora áreas ocupadas por posseiros. Pessoas pobres habitam as favelas ao redor dos sambaquis, e lá tem havido um programa ativo realizado por funcionários ligados ao museu que visam trabalhar com a comunidade para fazer com que as pessoas tenham a oportunidade de aprender algo sobre esses sítios. As crianças, em especial, quando são apresentadas a estes sítios arqueológicos, logo desenvolvem um relacionamento de afetividade para com eles e esta abordagem educacional produz então resultados com os adultos. As leis municipais de proteção aos sambaquis são aplicáveis somente quando as pessoas estão ativamente envolvidas com a preservação dos sítios arqueológicos. Esse tipo de abordagem produz resultados imediatos e é possível, inclusive, argumentar que as autoridades, outro importante público leigo, estão mais sensibilizadas à ação arqueológica e a proteção do patrimônio precisamente porque as pessoas estão preocupadas com as suas propriedades arqueológicas (Tamanini, 1994; 1999).

Na Vila Paranaense (Bairro Boa Vista, Joinville) um sambaqui conhecido como Espinheiros Dois é cercado por uma grande comunidade e em 1991, o corpo de funcionários do Museu começou a desenvolver um programa de Arqueologia pública, objetivando envolver estudiosos, funcionários de museus, ativistas locais e pessoas comuns em geral. Esta experiência foi expandida para outro sambaqui, Rio Comprido, em 1993. Nas duas comunidades, os posseiros vivem em áreas carentes em saneamento básico e infra-estrutura fazendo com que os danos ambientais fossem ampliados. A estratégia usada para desenvolver uma Arqueologia pública em parceria com os moradores locais foi a de tentar conhecer os seus diferentes interesses em relação aos vestígios arqueológicos. Tornou-se claro que os sambaquis esta-

vam inseridos em uma rede de atividades sociais, tais como festividades e em seus usos como depósitos de lixo. O caminho para a interação com a comunidade foi a participação em atividades promovidas por escolas, igrejas e outras instituições de bairro. Foi proposto um currículo que abarcava a realidade de vida das crianças (Collicott, 1990, p. 109) e mecanismos de gestão participativa que agruparam a comunidade, líderes das escolas e arqueólogos (La Belle, 1987, p. 212). “Escola, comunidade e patrimônio cultural: a experiência de educação ambiental”, este foi o lema adotado pela escola, comunidade e arqueólogos que trabalhavam juntos. A Arqueologia pública implicou no treinamento de professores, preparação de material didático, festividades escolares, debates e outras atividades. Esta pedagogia crítica, preocupada com a experiência de estudantes e da comunidade, parte dos problemas e das necessidades das próprias pessoas como um ponto de partida (Giroux e McLaren, 1986, p. 234). Os resultados foram impressionantes, uma vez que os sambaquis, antes considerados apenas como depósitos de lixo, foram percebidos pela comunidade como parte de seu próprio patrimônio (Tamanini e Oliveira, 1997).

4. Arqueólogos e os sentimentos do público leigo

Um exemplo bastante singular de público leigo são os parentes de pessoas “desaparecidas” durante o regime militar entre 1964 e 1985. Muitas das pessoas desaparecidas foram executadas e enterradas em valas comuns espalhadas em diferentes lugares do país. Há poucas iniciativas para encontrar os restos daqueles que foram enterrados nestas valas e isto por várias razões, não menos porque o esquecimento é melhor do que a memória. Entretanto, para os parentes das vítimas, o que importa é precisamente a identificação das pessoas desaparecidas, para que possam providenciar um enterro apropriado para seus estimados parentes.

Somente no Rio de Janeiro há uma arqueóloga (Nanci Vieira Oliveira) envolvida com a escavação e identificação de pessoas enterradas em valas comuns. Em 1991, o grupo de defesa dos direitos humanos “Tortura Nunca Mais” e a Associação Médica do Rio de Janeiro, com o suporte do Grupo de Antropologia

Forense da Argentina, estava interessado em identificar quatorze corpos de pessoas desaparecidas. Nanci Oliveira encarregou-se da busca por vestígios e encontrou uma vala comum com cerca de três mil corpos no cemitério Ricardo de Albuquerque. Esta vala comum tinha aproximadamente 25 metros de comprimento por 1,5 metros de largura e os corpos estavam desmembrados e os ossos revirados. O solo úmido contribuiu para a avançada deterioração dos ossos, dificultando a identificação dos indivíduos através das características dos crânios. As condições de trabalho também eram particularmente difíceis, uma vez que a arqueóloga tinha que levar os ossos à polícia antes de obter uma permissão para estudar o material em laboratório. Soma-se a isto o fato do laboratório arqueológico situar-se na Universidade Estadual do Rio de Janeiro, onde Oliveira trabalhava mas os ativistas dos direitos humanos e as famílias das vítimas propuseram que o estudo fosse realizado em outro local, pois o principal suspeito de assinar falsos atestados de óbitos era um eminente professor de medicina daquela universidade. Para os parentes, este especial público leigo, isto não foi suficiente para reconhecer a perícia da arqueóloga encarregada do trabalho, pois havia um forte sentimento de que “a identificação não poderia ser feita na mesma universidade onde médicos suspeitos trabalharam”, como se isso pudesse de alguma forma alterar os resultados do estudo. Estas apreensões são simplesmente irracionais para o arqueólogo frio, mas como podemos deixar de entender os sentimentos destes parentes?

Havia dois aspectos forenses do trabalho arqueológico que interessavam de forma muito específica a este público leigo: a identificação dos indivíduos e o estabelecimento da maneira pela qual o indivíduo foi morto. A identificação dos indivíduos pode ser mais ou menos uma tarefa técnica, embora mesmo neste caso fosse por vezes necessário trabalhar com os parentes das vítimas para esclarecer os detalhes que tornam possível a identificação de um indivíduo. Muito mais que trazer lembranças de um período que não deveria se repetir, foi necessário estabelecer os detalhes do assassinato, **quando o arqueólogo está trabalhando com os parentes vivos**. Nós arqueólogos estamos acostumados a escavar cemitérios e até a encontrar valas comuns distantes da realidade. É

uma experiência estranha interagir com o sofrimento das pessoas. Como tratar dos detalhes das perfurações causadas por armas de fogo quando o interlocutor é a viúva da vítima? Como tentar reconstruir os corpos desmembrados com a ajuda, para a identificação dos ossos, dos filhos das vítimas?

Estes ossos encorporam as muitas contradições de um período escuro de um passado recente, e ainda provocam emoções muito fortes, mesmo hoje, como coloca J. Hermann (1981, p. 27), “*archäologischer Denkmäler enthalten die Widersprüche ihrer jeweiligen Entstehungszeit*” (“os monumentos arqueológicos carregam as contradições de suas condições históricas particulares”). Por fim, as condições de preservação dos ossos não permitiram a identificação das pessoas desaparecidas.

5. Conclusões

Os três exemplos apresentados neste trabalho demonstram a variedade de situações de confronto entre os arqueólogos e público leigo. Há na verdade diferentes públicos leigos, cada um deles com suas próprias especificidades. Podemos distinguir no mínimo seis a partir dos três casos estudados:

1. Ativistas;
2. Mídia;
3. Leitores de manuais escolares;
4. Pessoas comuns da comunidade;
5. Crianças em idade escolar;
6. Parentes das vítimas

Cada um destes públicos, entretanto, podem ser separados de acordo com seus diferentes interesses e pontos de vistas. Ativistas, no caso dos ativistas Negros que lutam contra o racismo e a discriminação, estão divididos entre aqueles que preferem enfatizar a integração e aqueles que preferem enfatizar a diferença. As diferenças na mídia são ainda mais discrepantes, isto porque a Arqueologia em geral é considerada interessante na medida em que ela é atraente ao público. Vender uma peça é mais importante do que a verdade da informação e às vezes a mídia trata a Arqueologia como um mero entretenimento. Os arqueólogos também são expostos a difíceis escolhas éticas, pois o arqueólogo tem que divulgar seu trabalho mas ao fazer isto ele corre o risco de não ser en-

tendido e de seu trabalho ser deturpado. Ainda mais do que isto, há a tentação de produzir uma evidência e/ou uma interpretação espetacular que satisfaça aos interesses da mídia (Funari, 1999b). O trabalho com a comunidade é provavelmente o mais importante compromisso para o arqueólogo mas, mais uma vez, contra isto pode ser incluído uma larga variedade de interesses conflitantes. Posseiros humildes não compartilham dos mesmos valores das classes médias; eles podem ser menos propensos a considerar a longo prazo os benefícios do esforço científico e podem até mesmo, em alguns casos, serem controlados por tra-

ficantes de drogas. Desafios igualmente difíceis são os enfrentados pelo arqueólogo bem intencionado que tem que lidar ao mesmo tempo com os parentes das vítimas e os perpetradores daqueles crimes. Todos os públicos leigos, em suas largas variações de interesses e misturas de características, constituem o desafio dos arqueólogos brasileiros. Seria mais fácil ignorar o público não especialista e ficar dentro dos nossos laboratórios ou unidades de pesquisa mas isto é um movimento ilusório, pois no fim o público leigo, informado e crítico para esta questão, é a razão última para o nosso trabalho arqueológico.

Agradecimentos

Gostaríamos de agradecer a John Jameson e Pierre Desrosiers por nos convidar a participar da sessão “Dando ao público o que lhe é devido: Novos Horizontes na Interpretação Pública da Arqueologia” da reunião da Sociedade de Arqueologia Histórica, em Quebec, Janeiro de 2000. Também somos gratos aos seguintes colegas que nos ajudaram de diferentes formas: Scott Allen, Cristóbal Gnecco, Martin Hall, John Jameson, Francisco Silva Noelli, Mário Sérgio Celski de Oliveira, Charles E. Orser, Jr.. As idéias são de nossa inteira responsabilidade. Devemos também fazer menções aos suportes institucionais do Brasil: Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), a Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), e a Coordenação para o Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Bibliografia

- ALLEN, S. J. (1999) – A “Cultural Mosaic” at Palmars? Grappling with the Historical Archaeology of a seventeenth-century quilombo. In FUNARI, P. P. A., Ed. – *Cultura Material e Arqueologia Histórica*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, p. 141-178.
- ALLEN, S. J. (2001) – *Zumbi Nunca Vai Morrer: History, The Practice of Archaeology, and Race Politics in Brazil*. Providence (RI): Brown University (PhD thesis, não publicado).
- ARNT, R.; BONALUME, R. (1995) – A cara de Zumbi. *Superinteressante*. São Paulo. Novembro, p. 30-42.
- ASCHERSON, N. (2000) – The Museum of Scotland. *Public Archaeology*. London. 1:1, p. 82-84.
- BONALUME NETO, R. (1995) – O Pequeno Brasil de Palmares. *Folha de São Paulo*. São Paulo. 4 de Julho de 1995, 5, p. 16.
- CIPOLA, A. (1992) – Máquina destrói vestígios de quilombo. *Folha de São Paulo*. São Paulo. 11 de Novembro de 1992, 3, p. 3.
- COLLICOTT, S. L. (1990) – What history should we teach in Primary schools? *History Workshop*. London. 29, p. 107-110.
- FAGAN, B. (1993) – Brazil’s Little Angola. *Archaeology*. New York. 46, p. 14-19.
- FELINTO, M. (1994) – Palmares. *Folha de São Paulo*. São Paulo. 12 de Novembro de 1994, p. 3.

- FUNARI, P. P. A. (1991) – A arqueologia e a cultura africana nas Américas. *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre. 17:2, p. 61-71.
- FUNARI, P. P. A. (1994) – La cultura material y la arqueología en el estudio de la cultura africana en las Américas. *América Negra*. Bogotá. 8, p. 33-47.
- FUNARI, P. P. A. (1995a) – Mixed features of archaeological theory in Brazil. In UCKO, P. J., Ed. – *Theory in Archaeology: A World Perspective*. London: Routledge, p. 236-250.
- FUNARI, P. P. A. (1995b) – The Archaeology of Palmares and its Contribution to the Understanding of the History of African-American Culture. *Historical Archaeology in Latin America*. Columbia (SC). 7, p. 1-41.
- FUNARI, P. P. A. (1996a) – “República de Palmares” e a Arqueologia da Serra da Barriga. *Revista USP*. São Paulo. 28, p. 6-13.
- FUNARI, P. P. A. (1996b) – Archaeological Theory in Brazil: Ethnicity and Politics at Stake. *Historical Archaeology in Latin America*. Columbia (SC). 12, p. 1-13.
- FUNARI, P. P. A. (1996c) – Novas perspectivas abertas pela Arqueologia na Serra da Barriga. In SCHWARCZ, L. M.; REIS, L. V. S., Eds. – *Negras Imagens*. São Paulo: Edusp/Estação Ciência, p. 139-151; 228-230.
- FUNARI, P. P. A. (1997) – Archaeology, History, and Historical Archaeology in South América. *International Journal of Historical Archaeology*. New York. 1:3, p. 189-206.
- FUNARI, P. P. A. (1998) – A Arqueologia de Palmares.: sua contribuição para o conhecimento da História da cultura afro-americana. *Studia Africana*. Barcelona. 9, p. 175-188.
- FUNARI, P. P. A. (1999a) – Maroon, Race and Gender: Palmares Material Culture and Social Relations in a Runaway Settlement. In FUNARI, P. P. A.; HALL, M; JONES, S., Eds. – *Historical Archaeology: Back from the Edge*. London: Routledge, p. 308-327.
- FUNARI, P. P. A. (1999b) – Brazilian archaeology, a reappraisal. In POLITIS, G.; ALBERTI, B., Eds. – *Archaeology in Latin America*. London: Routledge, p. 17-37.
- FUNARI, P. P. A.; ORSER, JR., C. E. (1991) – Pesquisa arqueológica inicial em Palmares. *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre. 18:2, p. 53-69.
- GIROUX, H. A.; MCLAREN, P. (1986) – Teacher education and the politics of engagement: the case for democratic schooling. *Harvard Educational Review*. Harvard. 56, p. 213-238.
- GNECCO, C. (1995) – Praxis científica en la prehistoria: notas para una historia social de la Arqueología colombiana. *Revista Española de Antropología Americana*. Madrid. 25, p. 9-22.
- HALL, M. (1994) – The veil of popular history: archaeology and politics in urban Cape Town. In BOND, G. C.; GILLIAM, A., Eds. – *Social Construction of the Past: Representation as Power*. London: Routledge, p. 167-184.
- HERMANN, J. (1981) – Archäologische Denkmäler und ihre Rolle für Geschichtsbild und Landeskultur. In HERMANN, J., Ed. – *Archäologische Denkmale und Umweltgestaltung*. Berlin: Akademie Verlag, p. 5-34.
- KEYS, D. (1992) – South America's lost African kingdom. *The Independent*. London. 19 October 1992, p. 27.
- LA BELLE, T. J. (1987) – From consciousness raising to popular education in Latin America and the Caribbean. *Comparative Educational Review*. Chicago. 31, p. 201-217.
- LADEIRA, C.; AFFINI, M. (1993) – Palmares: cem anos de sonho. *Superinteressante*. São Paulo. Setembro, p. 38-43.
- LEITE, P. M. (1995) – No túnel da História. *Veja*. São Paulo. 31 de Janeiro de 1995, p. 102-104.
- MAYRINK, J. M. (1995) – Os quilombos. *Família Cristã*. São Paulo. Novembro, p. 6-19.
- MAZEL, A. D.; STEWART, P. M. (1988) – Meddling with the mind: the treatment of San hunter-gatherers and the origin of South Africa's black population in recent South African school history textbooks. *South African Archaeological Bulletin*. Pretoria. 42, p. 166-170.
- MOON, P. (1992) – Casa-grande negra. *Isto É*. São Paulo. 11 de Maio de 1992, 1284, p. 70-71.
- NOELLI, F. J. (1993) – Índigenas e áreas de conservação: a polêmica continua. *Boletim Agir Azul*. Porto Alegre. 9, p. 4.
- NOELLI, F. J. (1994) – Os indígenas do sul do Brasil podem contribuir para a recomposição ambiental? *Boletim Agir Azul*. Porto Alegre. 10, p. 4.
- NOELLI, F. J. (1996a) – Os Jê do Brasil meridional e a Antigüidade da agricultura: elementos da Linguística, Arqueologia e Etnografia. *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre. 22:1, p. 13-25.

- NOELLI, F. J. (1996b) – A ocupação do espaço na terra indígena Apucarana-Paraná: elementos para uma reflexão interdisciplinar. *Revista do CEPA*. São Leopoldo. 20:24, p. 27-36.
- NOELLI, F. J. (1996c) – Buscando alternativas aos problemas das áreas indígenas do RS: resposta a um ambientalismo anti-holístico. *Boletim Agir Azul*. Porto Alegre. 12, p. 4.
- ORSER, JR., C. E. (1993) – *In search of Zumbi*. Normal: Illinois State University.
- ORSER, JR., C. E. (1994) – *In search of Zumbi, 1993 season*. Normal: Illinois State University.
- ORSER, JR., C. E. (1994) – Toward a Global Historical Archaeology: an Example from Brazil. *Historical Archaeology*. Rockville (MD). 28:1, p. 5-22.
- ORSER, JR., C. E. (1996) – *A Historical Archaeology of the Modern World*. New York: Plenum Press.
- PEREIRA, P. (1995) – Arqueologia tenta desvendar vida em Palmares. *O Estado de São Paulo*. São Paulo. 25 de Junho de 1995, p. A28.
- PIGLIONE, C. (1996) – Quilombo de Palmares era multiétnico. *Jornal da Unicamp*. Campinas. Outubro, p. 8.
- TAMANINI, E. (1994) – *Museu Arqueológico de Sambaqui: um olhar necessário*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas [Tese de Mestrado, não publicado].
- TAMANINI, E. (1999) – Museu, Arqueologia e o Público: um olhar necessário. In FUNARI, P. P. A., Ed. – *Cultura Material e Arqueologia Histórica*. Campinas: IFCH-UNICAMP, p. 179-220.
- TAMANINI, E.; OLIVEIRA, M. S. C. (1997) – *A Cidade e o Patrimônio: Reflexões sobre a Preservação de Sítios Arqueológicos em Joinville*. Joinville: Museu de Sambaqui de Joinville [Manuscrito].

Resumen: Este artículo trata de la Arqueología Pública, es decir la práctica de la disciplina en interacción con la sociedad. Se presentan casos de estudio del contexto brasileño, empezando por la arqueología de los asentamientos de esclavos fugados (*quilombos*). Después se hacen algunas consideraciones sobre el patrimonio prehistórico, específicamente con relación a los concheros (*sambaquis*). Un tercer caso de interacción entre la Arqueología y el público se refiere a los restos de desaparecidos. Se concluye con una llamada de atención hacia una acción arqueológica integrada en la praxis social.

Palabras clave: Arqueología Pública; Quilombos; Sambaquis; Desaparecidos; Patrimonio.

Abstract: This paper refers to Public Archaeology, that is to say the practice of archaeology interacting with the society. We present several case studies from the Brazilian context, such as the slave fugitive settlements (*quilombos*), the prehistoric shell middens (*sambaquis*) and the remains from disappeared people. Finally, we conclude with a claim for a socially integrated archaeological practice.

Keywords: Public Archaeology; Quilombos; Sambaquis; Disappeared; Heritage.